

Paulo Issamu Nagao

É Juiz de direito titular em São Paulo
Mestre e Doutor em Direito Processual pela Faculdade de Direito
do Largo de São Francisco - Universidade de São Paulo

**DO CONTROLE JUDICIAL
DA SENTENÇA ARBITRAL**

Coleção
M|A|S|C
Meios Alternativos de
Solução de Conflitos

Coordenadores:
Ada Pellegrini Grinover
Kazuo Watanabe

Volume **2**



Gazeta Jurídica

Brasília
2013

1ª edição - 2013

© Gazeta Jurídica Editora e Livraria Ltda ME

CIP-Brasil. Catalogação na fonte.
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

N139c

Nagao, Paulo Issamu

Do controle judicial da sentença arbitral / Paulo Issamu Nagao.

- Brasília, DF : Gazeta Jurídica, 2013.

386 p. : 23 cm (ADR'S)

Inclui bibliografia e índice

ISBN 978-85-66025-07-1

1. Processo civil. 2. Arbitragem e sentença. 3. Arbitragem e sentença - Brasil. I. Título. II. Série.

12-9273.

CDU: 347.918

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer forma ou meio, inclusive eletrônico. Sanções previstas nos artigos 102 e 104 da Lei dos Direitos Autorais – Lei 9610, de 19 de fevereiro de 1998 e no artigo 184 do Código Penal – Decreto-Lei 2848, de 7 dezembro de 1940.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS PELA

GAZETA JURÍDICA EDITORA E LIVRARIA LTDA ME

SHIS. QL 02, Conjunto 5 Casa 14, Lago Sul

CEP: 71610-055 - Brasília - DF

Diretora: ADRIANA BELTRAME

Presidente do Conselho Editorial: PETRONIO CALMON

IMPRESSO NO BRASIL / printed in Brasil

968855

Sumário

<i>APRESENTAÇÃO</i>	<i>V</i>
<i>PREFÁCIO</i>	<i>XIII</i>
<i>AGRADECIMENTOS</i>	<i>XV</i>
INTRODUÇÃO	1
1. A apresentação do tema e as suas limitações	1
2. A justificativa da escolha	2
3. Considerações iniciais	9
1. ASPECTOS GERAIS DA ARBITRAGEM	21
1.1 O esboço histórico	21
1.2 A jurisdição	30
1.2.1 Conceito, características e princípios	30
1.2.2 A jurisdição estatal e a jurisdição arbitral	35
1.2.3 Os princípios da jurisdição na arbitragem	43
1.2.4 O poder judiciário brasileiro na atualidade	45
1.2.5 A relação entre o poder judiciário e a arbitragem	50

1.3	A natureza jurídica da arbitragem	54
1.3.1	Teoria privatista ou contratual	55
1.3.2	Teoria publicista ou jurisdicional	57
1.3.3	Teoria mista ou eclética	58
1.4	A experiência da arbitragem interna no direito brasileiro	60
1.4.1	Considerações gerais	60
1.4.2	O direito do trabalho e a arbitragem	64
1.4.3	A administração pública e a arbitragem	66
1.4.4	O direito do consumidor e a arbitragem	72
1.4.5	A arbitragem nos juizados especiais	74
1.4.6	Os direitos coletivos e a arbitragem	76
2.	AS GARANTIAS E OS PRINCÍPIOS PROCESSUAIS	
¶	NA ARBITRAGEM	79
2.1	Considerações gerais	79
2.2	A comparação entre princípios e regras	80
2.3	A distinção entre as categorias afins	84
2.4	As garantias constitucionais do processo	87
2.4.1	A garantia do acesso à justiça ou do direito de ação	87
2.4.1.1	A convenção arbitral à luz da garantia do acesso à justiça	89
2.4.2	A garantia do devido processo legal	95
2.5	Os princípios processuais na arbitragem	98
2.5.1	O princípio do contraditório e da ampla defesa	99
2.5.2	O princípio da igualdade	100
2.5.3	O princípio da vedação de provas ilícitas	101
2.5.4	O princípio da publicidade	103
2.5.5	O princípio do dever de motivação	106
2.5.6	O princípio da imparcialidade	107
2.5.7	O princípio da ação	108
2.5.8	O princípio dispositivo	109
2.5.9	O princípio da persuasão racional	113
2.5.10	O princípio do duplo grau de jurisdição	114
2.5.11	O princípio da oralidade	116
2.6	Os princípios informadores da arbitragem	119

2.6.1	O princípio da autonomia da vontade.....	120
2.6.2	O princípio do consensualismo	121
2.6.3	O princípio da obrigatoriedade.....	121
2.6.4	O princípio da boa fé	122
2.6.5	O princípio da autonomia da cláusula compromissória ..	123
2.6.6	O princípio da temporariedade	124
3	A INVALIDADE NA ARBITRAGEM	125
3.1	Aspectos gerais	125
3.1.1	Inexistência.....	127
3.1.2	Ineficácia.....	129
3.1.3	Irregularidade	130
3.1.4	Invalidade	131
3.2	Os princípios processuais da invalidade	135
3.3	A nulidade no procedimento arbitral.....	139
3.4	As espécies de vícios invalidantes na arbitragem	143
3.4.1	Da convenção arbitral.....	143
3.4.1.1	A natureza jurídica da convenção arbitral	143
3.4.1.2	A nulidade da convenção arbitral	151
3.4.1.2.1	A qualificação das partes.....	157
3.4.1.2.2	A qualificação dos árbitros	158
3.4.1.2.3	A matéria-objeto da arbitragem	159
3.4.1.2.4	O local da prolação da sentença arbitral.....	163
3.4.1.3	A convenção de arbitragem como matéria preliminar de mérito no juízo estatal.....	163
3.4.2	Da sentença arbitral	166
3.4.2.1	A ausência da condição de árbitro.....	166
3.4.2.2	A falta de requisito da sentença	170
3.4.2.2.1	O relatório	171
3.4.2.2.2	A fundamentação.....	172
3.4.2.2.3	O dispositivo	174
3.4.2.2.4	Outros elementos da sentença.....	175
3.4.2.3	O julgamento “ultra” e “extra petita”	176
3.4.2.4	O julgamento “citra petita”	180
3.4.2.5	Crime de prevaricação, concussão e corrupção passiva	182

3.4.2.6	O desrespeito ao prazo fixado ou legal	184
3.4.2.7	Ofensa ao devido processo legal	186
3.4.2.7.1	O princípio do contraditório	186
3.4.2.7.2	O princípio da isonomia.....	189
3.4.2.7.3	O princípio da imparcialidade.....	190
3.4.2.7.4	O princípio do livre convencimento	193
4.	A ATIVIDADE JUDICIAL NA ARBITRAGEM	197
4.1	O fundamento político e jurídico: a efetivação das garantias e princípios processuais.....	197
4.2	Os meios de atuação do poder judiciário no processo arbitral.	201
4.2.1	A ação de constituição do compromisso arbitral	201
4.2.2	As medidas cautelares e a antecipação da tutela	207
4.2.3	As medidas coercitivas	212
4.2.4	As medidas executórias	214
4.2.4.1	A liquidação de sentença arbitral.....	216
4.2.5	A homologação da sentença arbitral estrangeira	217
4.2.6	O controle judicial da sentença arbitral nacional	222
5.	O SISTEMA DE IMPUGNAÇÃO JUDICIAL DA SENTENÇA ARBITRAL	229
5.1	A sentença judicial. Noções gerais.....	229
5.2	Considerações sobre as tutelas jurisdicionais	233
5.3	A sentença arbitral.....	236
5.3.1	O significado da sentença declaratória frente à lei nº 11.232/2005	238
5.3.2	A sentença arbitral nacional e estrangeira: critérios de distinção.....	244
5.4	Os limites subjetivos e objetivos da sentença arbitral.....	247
5.4.1	A coisa julgada e os limites subjetivos da sentença.....	247
5.4.2	Os limites subjetivos nas ações coletivas	253
5.4.3	A intervenção de terceiros na arbitragem	255
5.4.3.1	A denunciação da lide	256
5.4.4	Os embargos de terceiro	257
5.4.5	Os limites objetivos da sentença.....	258

5.5 Os meios de impugnação da sentença arbitral nacional.....	260
5.5.1 A ação judicial de anulação da sentença arbitral	260
5.5.1.1 Considerações gerais.....	260
5.5.1.2 A relação entre a sentença arbitral e a ação anulatória judicial.....	262
5.5.1.3 A natureza jurídica da ação de anulação	266
5.5.1.4 A natureza jurídica do prazo para a interposição da ação de anulação.....	271
5.5.1.5 A natureza jurídica das hipóteses previstas na lei de arbitragem.....	273
5.5.1.6 A natureza do rol do artigo 32 da lei de arbitragem	278
5.5.1.7 Os efeitos da sentença da ação anulatória	280
5.5.1.8 O procedimento.....	282
5.5.2 A impugnação (antigos embargos do devedor)	285
5.5.3 A exceção de pré-executividade	291
5.5.4 A ação rescisória	292
5.5.4.1 Os fundamentos da ação rescisória e a impugnação da sentença arbitral	297
5.5.5 A eficácia da sentença arbitral e a questão do litisconsórcio necessário	303
5.5.6 Outros meios de impugnação da sentença arbitral	310
5.5.6.1 A ação declaratória de inexistência	310
5.5.6.2 O mandado de segurança	319
CONCLUSÕES.....	323
REFERÊNCIAS.....	333
ANEXO	357